

UM PENSADOR DA PERIFERIA NO CENTRO: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ACADÊMICA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

DOI: 10.12957/synthesis.2022.71895

ENRIQUE CARLOS NATALINO*

Resumo: Este artigo trata da construção do pensamento do intelectual e político brasileiro Fernando Henrique Cardoso acerca das relações internacionais. O objeto principal é identificar quais correntes de pensamento influenciaram na trajetória de vida de Cardoso no período compreendido entre a sua formação sociológica na Universidade de São Paulo (USP) e a internacionalização de sua carreira acadêmica, na década de 1970. A questão central é compreender a influência do contexto na formação das ideias sobre o mundo de um dos principais intelectuais e políticos latino-americanos na segunda metade do século XX. Da formação universitária na USP até o exílio no Chile e da resistência ao regime militar por meio da criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) até a candidatura ao Senado em 1978, o pensamento de Cardoso sobre a inserção do Brasil no mundo se inseriu no debate intelectual e político brasileiro e latino-americano desde a década de 1950, tratando de temas como capitalismo, escravidão, desenvolvimento, dependência, autoritarismo, redemocratização, globalização e reformas econômicas.

Palavras-chave: pensamento internacional brasileiro; pensamento político brasileiro; Fernando Henrique Cardoso; teoria da dependência; globalização; socialdemocracia; reformas econômicas; política externa brasileira.

A thinker of periphery in the center: the internationalization of Fernando Henrique Cardoso's academic activity

Abstract: The article analyzes the construction of the thinking of the Brazilian intellectual and politician Fernando Henrique Cardoso about international relations. The main object is to identify which currents of thought influenced Cardoso's life trajectory in the period between his sociological training at the University of São Paulo (USP) and the internationalization of his academic career, in the 1970s. The focus of the investigation is to understand the influence of context in the formation of ideas about the world of one of the main Latin American intellectuals and politicians in the second half of the 20th century. From university education at USP to exile in Chile and resistance to the military regime through the creation of the Brazilian Center for Analysis and Planning (CEBRAP) to his candidacy for the Senate in 1978, Cardoso's thoughts on

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador de Pós-Doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4271-3319>. E-mail: enrique.natalino@gmail.com

Brazil's insertion in the world inserted in the Brazilian and Latin American intellectual and political debate since the 1950s, dealing with themes such as capitalism, slavery, development, dependency, authoritarianism, redemocratization, globalization and economic reforms.

Keywords: Brazilian international thought; Brazilian political thought, Fernando Henrique Cardoso; dependency theory; globalization; social democracy; economic reforms; Brazilian foreign policy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo empreende uma análise mais ampla das correntes de pensamento que formaram o arcabouço conceitual das ideias internacionalistas do intelectual e político brasileiro Fernando Henrique Cardoso ao longo das décadas de 1960 e 1970. As primeiras três décadas de vida de Cardoso coincidem com um dos momentos mais politicamente intensos e intelectualmente vibrantes da História do Brasil no século XX. Cardoso recebeu múltiplas influências intelectuais ao longo de sua trajetória de vida. Seus estudos clássicos sobre escravidão, empresário, desenvolvimento, dependência, autoritarismo, marginalidade e democratização, em sua fase acadêmica, se tornaram clássicos da interpretação do Brasil nos campos da Sociologia e da Ciência Política. Cardoso se tornou uma referência em estudos sobre a América Latina, conhecido em centros de estudo da região nas principais universidades do mundo. Ele representa, como nenhuma outra personagem da história brasileira contemporânea, a emergência do intelectual como ator político.

As primeiras influências de Cardoso se reportam à educação em uma família de militares com tradições positivistas, republicanas, nacionalistas e getulistas. Seus ascendentes participaram da Proclamação da República (1889), das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, das Revoluções de 1930 e 1932, das tratativas que conduziram o país a participar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da campanha “*O Petróleo é Nosso*” (1953-54). General reformado, o pai foi eleito deputado federal com a defesa de bandeiras nacionalistas e populares.

Carioca de nascimento, Fernando Henrique Cardoso passou a juventude e ingressou na vida universitária na capital paulista. Ao atuar como articulista nas revistas *Problemas e Fundamentos*, aproximou-se da intelectualidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em seus anos de formação, Cardoso havia incorporado a perspectiva científica, com destaque para as leituras das obras da Sociologia de Max Weber e de Emile Durkheim. A força de Florestan Fernandes, Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda, que foram seus professores, e de Caio Prado Jr., que lá havia estudado, sobre o pensamento de Cardoso nos anos 1950, foi igualmente perceptível (CARVALHO, 2013). A influência marxista, na mesma universidade, se deu a partir de sua participação no Seminário Marx, que funcionou entre 1958 e 1964, reunindo professores de vários campos para o estudo minucioso da obra “*O Capital*”.

A diversidade de fontes de intelectuais brasileiros que Fernando Henrique Cardoso mobiliza para embasar suas reflexões sobre o Brasil em “*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*” (1961), fruto de sua tese de doutoramento na USP, e em “*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*” (1964), resultado de uma pesquisa desenvolvida no Brasil, insere a sua obra num conjunto mais amplo de tradições do pensamento político brasileiro. Nas duas obras, Cardoso dialoga com o pensamento político de Joaquim Nabuco, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Raymundo Faoro.

O tema transversal das obras desses intelectuais era a “*questão nacional*”, isto é, como situavam a inserção do Brasil no mundo, com ênfase nas particularidades históricas, sociais, econômicas, étnicas e culturais do país em formação. Cardoso confirma a influência, em diferentes graus, desses autores em sua formação, ao afirmar que “o Brasil desses pensadores já fora ‘inventado’, prática e intelectualmente, quando minha geração começou a se debruçar sobre as formas da sociedade brasileira, suas conexões internacionais e seus desafios” (CARDOSO, 2013, p. 12).

O enfoque do presente trabalho é analisar a ascensão do jovem intelectual Fernando Henrique Cardoso à condição de um pensador cosmopolita brasileiro, isto é, voltado a refletir acerca do papel do Brasil no mundo entre as décadas de 1960 e 1970. O estudo do Pensamento Internacional

Brasileiro se baseia na criação de narrativas acerca da inserção do país no mundo e congrega, ao longo de dois séculos da vida independente, uma multiplicidade de intelectuais que influenciaram e/ou conduziram as relações exteriores do país (BELÉM LOPES, 2015; NATALINO, 2015; 2020).

Estudar a relação do sociólogo e político Cardoso com o mundo confunde-se com a trajetória política e intelectual do Brasil na segunda metade do século XX. Em entrevista para esta pesquisa, em janeiro de 2020, Cardoso afirma:

No meu tempo havia pouco interesse na coisa internacional. Era muito mais o Brasil e compreender a sociedade brasileira”. [...] Alguns tinham uma visão um pouco mais ampla do mundo e havia a tensão entre o pensamento populista e o pensamento comunista, exagerando. Foi daí que eu me formei, vendo o que estava acontecendo aqui e refletindo sobre o que acontecia no mundo. (CARDOSO, 2020).

AUTONOMIA, DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

O pensamento cardosiano acerca do mundo na década de 1960 interagiu com o pensamento nacional-desenvolvimentista e com as visões econômicas cepalinas. Ao dialogar com as obras de Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, dentre outros, Cardoso discute a possibilidade de uma revolução burguesa capaz de impulsionar o mercado interno, superar o atraso social e elevar o país a um *status* superior no cenário internacional. Em sua obra “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico*” (1964), no entanto, Cardoso já mostrava as contradições da classe empresarial brasileira. De um lado, presa aos interesses e concepções tradicionais que moveram o modelo de desenvolvimento tradicional, baseado no latifúndio e em uma economia primário-exportadora. De outro, a forte dependência dessa mesma elite nacional em relação ao capitalismo internacional, ao qual se associava para crescer.

Desse modo, argumentava Cardoso em sua tese de livre-docência na USP, a burguesia industrial se via presa em um dilema: ou tomava uma posição a favor dos grupos tradicionais contra os grupos urbanos e populares ou reagia contra o imobilismo e a inércia das camadas dominantes. O seu projeto de fortalecimento como classe social e como ator político autônomo necessitaria do apoio às reformas estruturais capazes de fortalecer os grupos sociais emergentes, o que contrariava os grupos que concentravam poder político e econômico. Ademais, a perspectiva de que o processo de modernização econômica e de emancipação política das massas pudesse ameaçar a sua hegemonia futura era um grande risco (CARDOSO, 1964). Em seu depoimento para esta pesquisa, quase cinco décadas e meia após da publicação da tese de livre-docência, Cardoso pontua que

os empresários, com o Partido Comunista do mundo todo, não só aqui, inventaram a ideia de que existia uma burguesia progressista, que ia fazer como se fosse a revolução francesa. Era anacrônico. Eu fui fazer aquela tese sobre os empresários industriais e qual era a ideia política daquela época? Era que o Brasil estava sob o comando das forças reacionárias baseadas na agricultura, no campo, no latifúndio e tal. É preciso que a burguesia progressista atue em aliança com o campesinato, os sindicatos urbanos. Só que na realidade não era assim. Eles todos tinham muita ligação em parte com o campo, e também não viam a empresa estrangeira como inimiga. Alguns queriam se associar, outros não. Mas não era assim. Então o que eu digo é que estava tudo errado. A política que prevalecia já era uma visão inadequada. Eu não me refiro ao período do Getúlio, anterior, do Estado Novo, eles tinham que fazer o que tentaram fazer: fortalecer o Estado. (CARDOSO, 2020).

A ideia central da interpretação cardosiana do fenômeno político da dependência, formulada pela primeira vez em “*Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico*” (1964), portanto, era a inviabilidade de uma revolução burguesa capaz de capitanear o desenvolvimento nacional

autônomo. A tese contrariava as formulações dos intelectuais do ISEB, o guardião do pensamento nacional-desenvolvimentista, do PCB, com suas clássicas ideias etapistas, e do Grupo de Brasília, liderado por André Gunder Frank, que formavam as bases do pensamento crítico dependentista. As críticas a essas concepções, à esquerda e à direita, foram se adensando após o colapso do modelo de desenvolvimento nacional-populista do período 1946-1964. Na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso:

Eles tinham uma visão, como posso dizer, muito dogmática do mundo. O Gunder Frank menos, mas tinha também. E eles não viam as transformações do mundo. Então o que eles achavam? A saída é a revolução. Eu não acreditava que fosse essa a saída. Eventualmente pode haver, mas não é necessário. (...) Eu li todo *O Capital* anos a fio. O sistema capitalista é dinâmico, ele não fica estagnado. As coisas mudam. Então eu nunca acreditei nessa teoria da marginalidade, da revolução por causa da acumulação de força e não sei o quê... E na falta de emprego. Eu sempre acreditei e achava que o sistema podia ser injusto, mas tinha uma certa dinâmica. E esse pessoal tinha uma visão muito mecânica, economicista e determinista. Eu nunca tive uma visão economicista. Mesmo que eu não soubesse, era política. As coisas dependem da força que você contrapõe. (CARDOSO, 2020).

O nacional-desenvolvimentismo foi profundamente abalado pelas crises econômicas, políticas e sociais vivenciadas na década de 1960. Essa conjuntura abriu espaço para interpretações divergentes das propostas autonomistas que advogavam a via revolucionária ou mostravam as vantagens do modelo de capitalismo associado. Buscava-se, sobretudo, uma discussão das teorias cepalinas à luz da percepção de que os problemas dos países latino-americanos eram estruturais. A internacionalização do pensamento de Fernando Henrique Cardoso se acelerou com sua mudança para o Chile após o golpe de 1964 e a sua convivência em um círculo acadêmico e intelectual mais amplo. A vertente francesa de seu pensamento, influenciada pela Sociologia francesa, foi matizada pelo contato mais intenso com diferentes visões acerca da problemática do desenvolvimento na América Latina.

Em “*Desenvolvimento e Dependência na América Latina*”, publicado pela primeira vez em 1969, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto criticam os conceitos de subdesenvolvimento e de periferia, acentuando a relevância e precisão do termo “*dependência*” para tratar tanto de questões econômicas atinentes à condição de subdesenvolvimento quanto de situações políticas de dominação de uma nação pela outra. Os autores propuseram um caminho analítico intermediário, que considerava os termos de dependência externa e de integração nacional. Dessa forma, buscam se afastar dos caminhos radicais, valorizando as opções políticas de cada país em determinado momento histórico. E, ao acreditarem que o desenvolvimento capitalista seria realizado exclusivamente por obra das burguesias nacionais, eles incorporaram o capital externo e as empresas multinacionais como atores atuantes no processo de desenvolvimento dos países periféricos. O que os autores defendem é a concentração nas realidades históricas, não nos caminhos abstratos. Opõem-se, nesse sentido, às teorias mecanicistas da história.

O livro de Cardoso e Falleto surgiu em um contexto histórico no qual os intelectuais latino-americanos buscavam novas ideias e interpretações para o fracasso das teses de esquerda e o triunfo de governos e regimes de direita na região. A América Latina encontrava-se em um período de crescimento reduzido, que os teóricos marxistas e não marxistas atribuíam à estrutura econômica dos países e à sua inserção subordinada nas relações internacionais. Intelectuais como André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini acreditavam que a única solução seria uma revolução socialista capaz de romper com os laços imperialistas. Os autores defendiam um rompimento com o sistema capitalista para viabilizar a emancipação continental. Afastando-se da ortodoxia de Frank e dos outros teóricos de uma vertente mais radical, Cardoso buscava um diálogo com a esquerda, para a esquerda, aproveitando-se de sua entrada nos meios acadêmicos para legitimar sua interpretação e conferir-lhe autoridade.

Superando a visão que se impunha nos principais trabalhos de interpretação do desenvolvimento da América Latina, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto desenvolveram o conceito de “*desenvolvimento dependente associado*”, mostrando os diferentes arranjos de forças políticas de classes dentro dos Estados. Ao contrário das visões pessimistas acerca do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo, postulavam que era possível haver industrialização e crescimento econômico em associação com as empresas transnacionais e com o capital estrangeiro. Os dois sociólogos contrapuseram-se, desse modo, às teses que sustentavam que a estagnação econômica latino-americana era inevitável, consequência dos interesses imperialistas em marcha. E salientaram, na direção oposta, que os investimentos externos produziam expansão industrial e crescimento econômico em países como Argentina, México e Brasil.

Insistindo na força da política para moldar as nações, mostraram como as diferentes teias de relações e de interesses se entrelaçavam, formando novas alianças que impactaram nos distintos modelos de desenvolvimento latino-americanos. Dessa forma, os sociólogos inverteram o raciocínio, tornando a dependência a base de um modelo de desenvolvimento econômico associado, abrindo novos horizontes para a reflexão da inserção internacional brasileira. E anteciparam, ademais, a caracterização do que, na época, chamou-se de “*internacionalização do mercado interno*”, fenômeno posteriormente conhecido como globalização.¹

As visões de mundo de Cardoso também se valeram, em seus anos de exílio no Chile, de um sentimento latino-americanista presente na comunidade acadêmica e política com a qual conviveu na CEPAL, em Santiago. A experiência em uma organização internacional vinculada à burocracia da Organização das Nações Unidas (ONU) também influenciaria as suas posições posteriores. Acerca da experiência chilena, Cardoso afirma, em entrevista realizada em janeiro de 2020:

Quando eu fui para o Chile, tinha vivido na França antes. Você vivendo na França, como você viveu na Alemanha, você percebe que há uma certa identidade na América do Sul, pelo menos, mesmo que você não queira. Eu não sabia espanhol. Eu sabia francês. Bom, falei espanhol lá. Comecei a aprender espanhol na França porque os amigos meus eram latinos. E também, eu tinha muitos amigos argentinos. [...] Era muito difícil entender o que estava acontecendo no mundo porque nós não tínhamos nem os conceitos. (CARDOSO, 2020).

Em seu depoimento para esta pesquisa, em janeiro de 2020, Cardoso afirma que as mudanças internacionais no final da década de 1960 mostravam que a teoria do imperialismo não era mais suficiente para explicar o mundo:

Porque o imperialismo não leva ao desenvolvimento. Leva à exploração de mão-de-obra, riqueza mineral. Isso é uma coisa antiga no mundo todo. Aqui estava um outro momento do capitalismo, não é? (...) E o caso do Brasil e da Argentina, em menor escala, e do México, em maior escala que a Argentina e menor do que o Brasil, tinha desenvolvimento industrial real. Isso não impedia que houvesse, ao contrário, requeria associação com o mercado mundial. Só que toda essa época é dominada pela Guerra Fria, existia a União Soviética, tinha a Revolução Chinesa. Ninguém imaginou que a União Soviética fosse desabar, como desabou. E nem que a China fosse se transformar no que é hoje, uma potência que compete com os Estados Unidos. Eu não sei qual é o sistema que prevalece lá, mas é uma questão capitalista, não é? Ninguém podia imaginar isso naquela época. (CARDOSO, 2020).

Em “*As Ideias e Seu Lugar*”, Cardoso argumenta que a discussão de Ruy Mauro Marini sobre os mecanismos de troca desiguais no comércio exterior era pertinente. Essa acumulação se daria pela “*superexploração do trabalhador*”, o que se fazia pelo barateamento das exportações de seus produtos primários e pela redução do custo dos alimentos nos países industrializados

(CARDOSO, 1980, p. 77-78). Cardoso reconhece o peso histórico dos argumentos de Marini, mas limita o alcance teórico de suas explicações, mostrando que os beneficiários desse processo de desenvolvimento dependente eram as empresas estatais, os conglomerados multinacionais e as companhias nacionais relacionadas com ambos.

Os mecanismos de reprodução da dependência seriam a importação de tecnologias industriais e o endividamento externo. Mesmo nos países de industrialização recente da periferia, a indústria moderna não abrangia todos os setores, mantendo-se formas anteriores de dependência. Cardoso mostra que o processo de divisão internacional do trabalho movido pelo capitalismo monopolista e pela expansão das empresas multinacionais permitia a industrialização das regiões periféricas, algo que não estava previsto nas teorias clássicas do imperialismo (CARDOSO, 1980, p. 81-84). Na ótica de Cardoso, em doimento para esta pesquisa:

Como eu sou sociólogo de formação e minha formação é clássica, durkheimiana. Eu li muita Antropologia inglesa, esse tipo de coisa. Eu tinha uma noção mais rica do que era a dinâmica das sociedades, como é que funciona. E era visível que aqui tinha mobilidade social. Esse pessoal nunca viu o mundo de uma maneira dinâmica. Muito mais mecânica de choques: o lado bom e o lado mau. Era essa a grande subjacente nas nossas discussões, era isso... Eu tinha uma certa noção do Estado. Você vê que na análise desse pessoal, na realidade, não existe Estado, só existem as classes. (CARDOSO, 2020).

A PROJEÇÃO DE UM INTERNACIONALISTA DA PERIFERIA NO CENTRO

Do Chile, Cardoso seguiu para a França, onde lecionou na Universidade de Paris-Nanterre e presenciou os movimentos de maio de 1968. A projeção internacional de Fernando Henrique Cardoso como teórico da dependência e analista do desenvolvimento latino-americano também o fortaleceu no plano interno, abrindo portas para contatos com instituições internacionais (Fundação Ford) que ajudaram na constituição do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1969. Juntamente com outros acadêmicos brasileiros que viram suas carreiras interrompidas pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), Cardoso buscou nesse centro de estudos uma plataforma para desenvolver pesquisas na área de Ciências Sociais em um contexto de fechamento do regime e de interdição do debate nas universidades. A criação do CEBRAP se deu no bojo da consolidação da Sociologia Paulista e retomada política gradual de São Paulo, então coadjuvante no cenário político, ao centro das transformações econômicas, sociais e culturais do Brasil nas décadas de 1970 e 1980.

Apesar de ter sido o seu idealizador, Cardoso não foi o único gestor, opção estratégica que o deixou livre para dedicar seu tempo à docência em centros de estudos estrangeiros, à preparação de publicações para publicações fora do Brasil e à participação, como membro da sociedade civil, no processo de abertura e de redemocratização. Cardoso buscou ainda desenvolver pesquisas sobre autoritarismo, democracia, urbanização e marginalidade, estudando o impacto do modelo de desenvolvimento dependente-associado nas transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil desde 1964. Nas obras “*O modelo político brasileiro e outros ensaios*” (1972) e “*Autoritarismo e Democratização*” (1975), as convicções políticas liberais se tornam mais salientes, conflitando com as suas influências nacional-desenvolvimentistas. Suas críticas ao modelo nacional-estatista nessas obras, no entanto, ainda não se baseiam na defesa de uma alternativa econômica liberal, mas na percepção de que os regimes de segurança nacional haviam instrumentalizado o modelo estatista, concentrando poder econômico, político e militar e sufocando as vozes democráticas.

A *détente* e a política externa mais autônoma praticada pelo Brasil mostravam que a ideologia de Segurança Nacional havia se tornado anacrônica. Portanto, os próprios regimes militares haviam perdido a razão de existir. Nesse sentido, Cardoso se afasta, ainda na década de 1970, das diferentes visões e interpretações de política externa e de relações internacionais do Brasil baseadas na narrativa nacional-desenvolvimentista, que sustentam a necessidade de valorização de Estado intervencionista e de uma política externa de um Brasil-Potência. Sua visão de mundo incorporava, cada vez mais, temas como direitos humanos, meio ambiente combate à pobreza e

sua participação nas organizações internacionais. O argumento liberal tornou-se ainda a principal base de sua plataforma de inserção na política dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB,) aproximando-se de lideranças de oposição como Ulysses Guimarães e André Franco Montoro.

A entrada de Cardoso no processo político de abertura se deu em paralelo com o auge da sua projeção acadêmica no exterior, com períodos prolongados de docência e pesquisa nos Estados Unidos, Reino Unido e França. Em paralelo às atividades no CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso manteve uma rotina de viagens internacionais para conferências, palestras e visitas por períodos curtos em universidades estrangeiras. Cardoso viveu durante curtos períodos no México, Suíça, Estados Unidos, Reino Unido e França ao longo da década de 1970.

A presença em diversas universidades e em centros de estudo sobre América Latina e sobre desenvolvimento econômico estreitou os seus laços com sociólogos, cientistas políticos e economistas, como Albert Hirshman, Albert Fishlow, Phillippe Schmitter, Frank Bonilla, Alfred Stepan e Juan Linz. O sucesso de vendagem da obra “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”, originalmente publicado em espanhol e traduzido para o português, o francês, o italiano, o alemão e o inglês, na década de 1970, ajudou a divulgar o seu pensamento na Europa e nos Estados Unidos. Entre 1969 e 1970, Cardoso foi professor contratado no *International Institute of Labour Studies*, ligado à Organização Internacional do Trabalho (OIT), no México e na Suíça. A permanência no México ampliou a sua articulação com intelectuais latino-americanos, inclusive com grupos de brasileiros exilados. Em Genebra, na Suíça, pôde circular entre acadêmicos e funcionários internacionais dos órgãos da Organização das Nações Unidas.

Havia uma clara preocupação em direcionar sua produção intelectual para o exterior, numa estratégia de consolidação de seu prestígio acadêmico e de sua rede de contatos. Cardoso teve dois períodos mais produtivos na década de 1970: 1970-1974 e 1977-1978. Coincidem com suas permanências em universidades e centros de pesquisa no exterior. Os períodos de menor produção foram aqueles nos quais desenvolveu mais intensamente as suas atividades políticas internas. Cardoso teve 19 publicações em espanhol, 16 em inglês, nove em francês, quatro em alemão e duas em italiano, totalizando 50 publicações fora do Brasil no período 1970-1981. O volume de publicações se aproximava da soma de todos os demais membros do CEBRAP no mesmo período (56).

Ter a obra publicada, lida e comentada no exterior se traduzia em dividendos acadêmicos e políticos. Por um lado, mais convites para participar de palestras, de grupos de pesquisa, de seminários, de consultorias e de encontros do *jet set* acadêmico norte-americano e europeu. Por outro, mais prestígio e liderança junto à comunidade acadêmica do eixo Rio de Janeiro-São Paulo e à emergente rede de cursos de pós-graduação em universidades estaduais e federais (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal). Conforme procuraremos mostrar, esse direcionamento corrobora a hipótese da busca da internacionalização acadêmica como estratégia de acúmulo de prestígio político.

Entre 1965 e 1970, Cardoso tornou-se conhecido nos meios acadêmicos hispano-americanos e franceses. Já havia trabalhado na CEPAL, lecionado na Universidade do Chile e sido professor em Nanterre. O espaço latino-americano já havia sido desbravado. Era preciso avançar no mundo anglo-saxônico. Fernando Henrique Cardoso chegou aos EUA para lecionar em 1972 no *Institute of Political Sciences* da Universidade Stanford, na Califórnia, durante o governo do republicano Richard Nixon (1913-1994), momento no qual as ideias de esquerda tinham maior influência no meio universitário (LEONI, 1997, p. 166-167).

Quadro 1 – Livros e artigos publicados por Fernando Henrique Cardoso no exterior após 1970

	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	Total
Espanhol	4	1	3	5		1		3	1	1			19
Inglês		1	1	4	1			4	3	1	1		16
Alemão				2	1			1					4
Francês	1	1	1	1			1		2	1	1		9
Italiano	1	1											2
Total	6	4	5	12	2	1	1	8	6	3	2		50

Fonte: Sorj (2001, p. 53).

Nesse período, Cardoso circulou em centros de pesquisa e se aproximou de cientistas políticos nas costas Oeste e Leste dos Estados Unidos. Em seu livro *“O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios”* (1972), Cardoso mostra que o ambiente internacional era um fator impactante na avaliação das possibilidades de afirmação das liberdades internas e da autonomia externa de cada país latino-americano.² O Capítulo I, *“Alternativas Políticas na América Latina”*, resulta de um ensaio apresentado em Seminário do *Center for Inter-American Affairs*, em Nova York, em maio de 1971. O sociólogo salienta a existência de brechas para a afirmação da autonomia econômica e internacional em uma situação de dependência:

A supradeterminação da Potência Hegemônica [os Estados Unidos] só é aceita sem discussões em hipóteses extremas: debilidade econômica, política e militar do país associado-dominado, ou quando se produzem conjunturas de alta tensão ou de choque entre grandes blocos rivais.

Nesse sentido, *“as veleidades autonomistas no interior de cada Bloco falam forte nas razões de Estado e, em especial, quando o Estado está sob controle ou sob influência dos militares locais”* (1977, p. 13).

No que toca à inserção internacional do Brasil, Cardoso afirma que os militares buscariam um *“nacionalismo da Pátria Grande, fruto tardio na América Latina da política direitista, mas que não encontra expressão concreta em termos de uma política econômica conflitante com os interesses do tripé do desenvolvimento-associado”* (CARDOSO, 1977, p. 14, grifos nossos). No entanto, a crença de que o comunismo internacional, a União Soviética e a Revolução Cubana eram ameaças externas à segurança nacional levaram os regimes autoritários a buscar a lealdade total dos cidadãos, sem tolerar o dissenso, levando ao fechamento político (CARDOSO, 1977, p. 22). A ideia central da Doutrina de Segurança Nacional dos militares era o condicionamento da segurança nacional a um projeto de desenvolvimento abrangente, a associação entre uma elite estatal tecnocrática (civil e militar), a defesa de *“objetivos nacionais permanentes”* e o alinhamento político e militar do Brasil ao Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, em oposição ao bloco soviético. O principal formulador desse ideário era o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), autor, entre outras obras, de *“Aspectos Geopolíticos do Brasil”* (1952).

As reformas econômicas, administrativas e institucionais do governo Castelo Branco (1964-1967), analisadas por Fernando Henrique Cardoso em sua *“O Modelo político brasileiro e outros ensaios”* (1972), potencializaram a integração da economia brasileira nas cadeias internacionais de produção e finanças, numa combinação de ortodoxia econômica e de alinhamento diplomático automático aos Estados Unidos. Na obra *“Autoritarismo e Democratização”* (1975), Fernando Henrique Cardoso reconhece a contribuição do regime militar para a modernização da economia, de uma classe média e de uma classe operária no país. Ao adentrar o quadro internacional no qual se insere a problemática do autoritarismo e da democratização no Brasil, Cardoso aborda o tema da *detente* da Guerra Fria na década de 1970 para demonstrar o enfraquecimento das bases de sustentação externa dos governos autoritários latino-americanos:

Não sou especialista na matéria e não quero aventurar-me além do razoável em hipóteses. Mas não terão sido a bomba atômica chinesa, a mobilização nas fronteiras sino-soviéticas, a busca da *entente* russo-americana que deram o sinal de que a geopolítica cabocla estava errada em sua concepção estratégica?

No capítulo VII de “*Autoritarismo e Democratização*” (1975), Fernando Henrique Cardoso aborda a política externa dos governos militares. Ao tratar das diretrizes diplomáticas dos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), afirma que “o Brasil parece ter seguido simultaneamente *duas políticas, nem sempre coerentes*”. De um lado, mantinha o *alinhamento tradicional* com o *Ocidente ideológico e militar*, no bojo das “*fronteiras ideológicas*”, do “pacto do Atlântico Sul”, da defesa do regime colonial de Portugal e de golpes militares na América do Sul; de outro, a perseguia a “*independência externa*”, com posturas mais autonomistas nas áreas nuclear, ambiental e de alinhamento com os países do Terceiro Mundo. O “*realismo pragmático*” foi exercido, sendo Cardoso, à medida que “a Chancelaria brasileira passou a *atuar com mais sutileza*” na defesa dos interesses estratégicos do Estado brasileiro, especialmente no governo Médici (CARDOSO, 1975, p. 227-28). Dessa forma,

se partirmos de uma concepção de política internacional na qual a *conveniência armada* e a *pluralidade ideológica* são aceitas, embora dentro dos limites e das áreas de influência das grandes potências, como justificar que a teoria da segurança nacional se baseie na mobilização ideológica contra o *inimigo externo encapuçado de opositor interno*, e na perseguição implacável dos opositores, inspirada na ótica de adesão total? (CARDOSO, 1975, p. 228)

A literatura sobre política externa brasileira e pensamento diplomático brasileiro registra a inflexão na política externa do regime a partir dos governos Costa e Silva e Garrastazu Médici (ALMEIDA, 1998; VIZENTINI, 1998; CERVO; BUENO, 2014; RICUPERO, 2017). Foram retomadas algumas das linhas-mestras da Política Externa Independente (PEI) já enraizadas no pensamento diplomático do Itamaraty, como a busca de maior autonomia em relação aos Estados Unidos, a ênfase no desenvolvimento, o multilateralismo e a diversificação de parcerias (RICUPERO, 2017, p. 488). A reorientação da política externa para um comportamento internacional mais autonomista e focado na busca de meios para a promoção do desenvolvimento econômico se aprofundou ainda mais no governo Ernesto Geisel (1974-1979), com a diplomacia do “*Pragmatismo Responsável e Ecumênico*” levada a cabo pelo chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira. A maior ousadia no delineamento dos objetivos externos do país se traduziria em ações concretas, como o abandono do tradicional alinhamento com Portugal, no reconhecimento das independências das antigas colônias portuguesas e da China comunista, na aproximação com a Europa Ocidental e Japão, na negociação do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e no rompimento unilateral de um acordo militar com os Estados Unidos (SPEKTOR, 2010).

O argumento central do livro “*Autoritarismo e Democratização*” (1975) surgiu nesse contexto de mudança do cenário externo. Essa nova realidade diplomática mostrava que havia brechas internacionais para a afirmação de uma potência média, como o Brasil no sistema internacional, e que os condicionantes externos da instalação de um regime autoritário no país se dissipavam, ameaçando a legitimidade do regime. Na perspectiva de Cardoso, existia uma contradição entre a realidade mundial e a ideologia de segurança nacional brasileira. A questão era a definição de qual era o inimigo e que ameaças projetava sobre o regime político. O sociólogo mostra que a visão de mundo dos governos autoproclamados revolucionários na América Latina não se concretizou, pois a realidade dos anos 1970 apontava na direção de um arrefecimento da luta ideológica.

A visita do presidente dos Estados Unidos Richard Nixon (1969-1974) à China e as negociações entre EUA e Vietnã do Norte para pôr termo à Guerra do Vietnã exemplificam a distensão em voga naquele começo de década. Consequentemente, a guerra interna travada pelos

regimes militares era “um pretexto para *manter arranjos políticos autoritários* e para dar lugar a *cavalheiros de má catadura* cuja prática repressiva alimenta o *único trunfo que jogam*, numa espécie de *motu* contínuo”. Internamente, por sua vez, a mobilização política ainda era pequena, dado o grau de desarticulação política das oposições, a apatia dos setores populares e a adesão da burguesia empresarial e das classes médias à euforia do Milagre Econômico (CARDOSO, 1975, p. 229). Assim, do ângulo internacional,

Já não existem bases externas para apoiar transformações políticas concebidas nos estritos termos militares anteriores. Sobraram, entretanto, os regimes autoritários e repressivos que condicionam a vida política a partir da situação anterior e impedem os movimentos de massa e a ampliação da participação política. Existe, nesse caso, uma situação de anacronismo. Será que este anacronismo, redefinido, é indispensável às classes dominantes? Ou num dado ponto pode haver coincidência tática de interesses em sua eliminação? (CARDOSO, 1975, p. 230).

O pensamento de Cardoso teve grande impacto e penetração nos EUA ao longo da década de 1970, especialmente nos círculos políticos anti-*establishment* e liberais, que faziam análises e propunham alternativas para a América Latina. No ensaio “*O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos*” (1976), apresentado em conferência na *Latin American Studies Association* (LASA), em Atlanta, incluído na coletânea “*As Ideias e seu Lugar*” (1980), Cardoso procura analisar como os intelectuais dos EUA receberam o pensamento dos dependentistas. O artigo se inicia com a referência à obra “*Capitalism and Development in Latin America*”, de André Gunder Frank, que teve grande repercussão nos meios marxistas e keynesianos norte-americanos. Frank havia realizado sua formação doutoral na Universidade de Chicago, tinha algum trânsito intelectual e dominava a língua inglesa. Embora a tese sobre o dualismo agrário de Frank fosse estimulante, Cardoso argumenta que havia autores do porte de Caio Prado Júnior, em “*Formação do Brasil Contemporâneo*” (1942), que haviam invalidado a tese etapista do Partido Comunista, mostrando a inexistência do feudalismo na América Latina.

Outra distorção na leitura da teoria da dependência nos EUA, segundo Cardoso, se reportava à conexão entre as estruturas políticas, econômicas e sociais das nações dependentes e o capitalismo internacional (CARDOSO, 1980, p. 94). Cardoso mostra que os estudos sobre a dependência nos EUA sofreram uma influência local, com preocupações com as formas de ajuda internacional, a interferência da política externa norte-americana na América Latina e a influência “maquiavélica” das multinacionais. Deriva desse fato o interesse por análises que priorizam o “externo” sobre o “interno”, reduzindo ou eliminando a dinâmica interna das sociedades dependentes (CARDOSO, 1980, p. 97-99).

Entre 1975 e 1976, Fernando Henrique Cardoso foi professor-visitante do *Institute of Advanced Studies*, em Princeton, a convite do economista Albert Hirschman (1915-2012). Cardoso já era um sociólogo de renome internacional que direcionava os seus interesses para temas mais amplos, como participação política, redemocratização e marginalidade social. Em 1976, em uma nova etapa de sua projeção internacional, foi convidado para ocupar a “*The Simón Bolívar Chair in Latin American Studies*” na Universidade de Cambridge (Reino Unido). Criada em 1968, a cátedra era financiada por um fundo do governo da Venezuela com o propósito de atrair, a cada ano, um intelectual latino-americano de renome para a Universidade. O ocupante da cátedra tinha liberdade para desenvolver o curso de sua predileção e se associava aos trabalhos do *Centre of Latin American Studies*. A cadeira havia sido ocupada por outros renomados intelectuais, como o mexicano Octavio Paz (1969-1970) e pelo brasileiro Celso Furtado (1973-1974).³ Seu curso em Cambridge, entre 1976 e 1977, abordava o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Na Inglaterra, circulou por diversas universidades e grupos que estudavam o Brasil. No período inglês, fez ainda viagens para a França, onde participou de seminários no *Institut d’Études sur le Développement Économique* (IEDES) da Universidade de Paris.

Cardoso intensificou a defesa da redemocratização brasileira em suas atividades acadêmicas no exterior, como membro de várias organizações acadêmicas com forte interlocução política.⁴ Isso aumentou a sua visibilidade acadêmica internacional nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina em um momento de mudança na política externa norte-americana com a chegada do presidente democrata Jimmy Carter à Casa Branca, em 1977. O distanciamento político do governo Carter em relação à ditadura então liderada pelo general Ernesto Geisel tornou a ditadura brasileira um alvo constante da política de direitos humanos e de distanciamento das ditaduras latino-americanas do Departamento de Estado. Por um lado, o câmbio diplomático dos Estados Unidos na direção de uma política humanista criou sérios atritos com o governo brasileiro; por outro, deu visibilidade internacional e força política às oposições.

A DIVERSIFICAÇÃO DO PENSAMENTO INTERNACIONALISTA CARDOSIANO

A segunda metade da década de 1970 marca uma inflexão no pensamento internacionalista de Cardoso, com a incorporação de temáticas mais amplas: a integração regional, o meio ambiente, os direitos humanos, a democratização das organizações internacionais, a mudança do modelo de desenvolvimento, a união das nações do Terceiro Mundo. Tais reflexões vieram à tona em um contexto de crise econômica e energética, com as repercussões do primeiro e do segundo choques do petróleo (1973-74 e 1979-81), que impactaram profundamente as economias ocidentais (inclusive as latino-americanas). No plano multilateral, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), em 1972, da qual resultou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, inseriu na agenda internacional a conexão da agenda ambiental com os conflitos armados, gestão de ecossistemas, poluição, desperdícios de recursos, mudanças climáticas e governança ambiental.

Na obra “As Ideias e seu Lugar” (1980), Fernando Henrique Cardoso retoma a temática da dependência com uma nova roupagem, menos teórica e mais ligada aos desafios políticos internos e internacionais. Seus interesses intelectuais já eram indissociáveis de suas pretensões políticas de influenciar, de dentro da política institucional, o processo de redemocratização brasileiro. As temáticas se ampliam: modelo político, mudanças econômicas estruturais, distribuição de renda, eleições, emergência da sociedade civil, participação política. No artigo “*Por um Outro Desenvolvimento*”, de 1979, incluído nesta coletânea, Cardoso aborda a crise da civilização industrial após os choques do petróleo. As questões do desperdício de recursos naturais, da poluição do meio ambiente, da criminalidade, das drogas e da insegurança seriam preocupações comuns aos países ricos e pobres (CARDOSO, 1980, p. 116).

Cardoso reconhece a importância de algumas experiências de cooperação internacional e dos programas das Nações Unidas como um espaço de intercâmbio de experiências e de opiniões entre especialistas acerca dos problemas globais (CARDOSO, 1980, p. 122). E assinala a necessidade de uma ordem internacional capaz dar voz à pluralidade das vozes da sociedade civil (consumidores, trabalhadores, mulheres, minorias étnicas e religiosas, moradores das periferias), não apenas dos governos. Mesmo sendo utópica a possibilidade de abolição das desigualdades econômicas e políticas entre as nações, Cardoso defende o fortalecimento de grupos com o G-77 e o Movimento dos Países Não-Alinhados, bem como de organizações regionais, como o Sistema Econômico Latino Americano (SELA), e de organizações temáticas, como a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). Isso tornaria os fóruns internacionais mais plurais, democráticos e representativos.

No mesmo ensaio, Cardoso defende o estudo das experiências dos países do Terceiro Mundo no enfrentamento de situações concretas e na elaboração de políticas aplicadas. Entretanto, reconhece as limitações do conceito de Terceiro Mundo, expressão utilizada para designar uma grande variedade de países com diferentes experiências históricas, graus de desenvolvimento econômico, sistemas políticos e realidades sociais (CARDOSO, 1980, p. 122-123). Cardoso ilustra com as diferentes realidades das sociedades do Sul e do Sudeste asiáticos, com diferentes concepções de igualdade, sistema político, bem-estar, cultura, desenvolvimento e autonomia. Assim, o reconhecimento das dificuldades que vivenciam os países do Terceiro Mundo, em sua busca pelo desenvolvimento, autonomia e liberdade “*não implica inação ou desespero*”, pois embora sejam “*diferentes os caminhos, as metas básicas são as mesmas*” (CARDOSO, 1980, p. 123-125).

Após a sua primeira experiência eleitoral, como candidato a senador nas eleições legislativas de 1978, na qual não se elege, Fernando Henrique Cardoso retomou as atividades docentes no exterior e assumiu, em 1980, a presidência do CEBRAP. A mais importante conquista internacional foi a presidência da *International Sociological Association* (ISA), no período 1982-1986. A presidência da ISA coincidiu com a ida de Cardoso para o Senado Federal, em 1983, ocupando, como suplente, a cadeira vaga com a vitória do titular, Franco Montoro, nas eleições para o Governo do Estado de São Paulo. Criada em 1949, a ISA era uma organização não governamental dedicada a reunir sociólogos e associações nacionais de sociólogos em diferentes continentes, mantendo um pluralismo de áreas de pensamento, abordagens teóricas e ideologias. Cardoso foi o primeiro sociólogo de um país do chamado “Terceiro Mundo” a assumir o comando dessa instituição mundial. Após sua gestão, sucederam-se outros três norte-americanos, um francês, um italiano e um polonês. Depois de Cardoso, somente outros dois presidentes tiveram origem em países em desenvolvimento: o indiano T. K. Oommen (1990-1994) e o libanês Sari Hanafi, atual presidente (Quadro 2).

Cardoso também participou de vários comitês científicos na América Latina e na Europa, onde desenvolveu atividades políticas paralelas, ampliando sua rede de contatos internacionais. Entre 1980 e 1982, integrou o *Inter-American Dialogue*, (Washington), o *Centro Gino Germani di Studi Comparati sulla Modernizzazione e lo Sviluppo* (Roma) e a *World Association for International Relations* (Atenas). Apesar da aproximação do mundo anglo-saxônico na década de 1970, que resultou na permanência em Stanford, Princeton e Cambridge, Fernando Henrique Cardoso mantinha estreitos laços com a intelectualidade francesa e com a realidade política do mundo europeu continental. Em 1981, promoveu uma série de 11 conferências no *Collège de France* sobre a emergência do Terceiro Mundo, a convite do filósofo Michel Foucault (1926-1984), que chegou a convidá-lo para ocupar um cargo de professor permanente na instituição. Torna-se ainda diretor de pesquisa associada da *Maison des Sciences de l'Homme, École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Ainda nesse ano, foi professor-visitante do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, Estados Unidos. Cardoso recusou o convite para se mudar para a França, optando por permanecer no Brasil, já que nutria ambições políticas de ocupar a cadeira de senador de Franco Montoro, em caso de suplência.

Quadro 2 – Presidentes da International Sociological Association (ISA)

Período	Presidente	Origem
1949–1952	Louis Wirth	EUA
1953–1956	Robert C. Angell	EUA
1956–1959	Georges Friedmann	França
1959–1962	Thomas Marshall	Reino Unido
1962–1966	René König	Alemanha Ocidental
1966–1970	Jan Szczepański	Polônia
1970–1974	Reuben Hill	EUA
1974–1978	Thomas Bottomore	Reino Unido
1978–1982	Ulf Himmelstrand	Suécia
1982–1986	Fernando Henrique Cardoso	Brasil
1986–1990	Margaret Archer	Reino Unido
1990–1994	T.K. Oommen	Índia
1994–1998	Immanuel Wallerstein	EUA
1998–2002	Alberto Martinelli	Itália
2002–2006	Piotr Sztompka	Polônia
2006–2010	Michel Wieviorka	França
2010–2014	Michael Burawoy	EUA
2014–2018	Margaret Abraham	EUA
2018–2022	Sari Hanafi	Líbano

Fonte: International Sociological Association (s.d.).

Em 1982, foi publicada a coletânea “*O novo socialismo francês e América Latina*”, organizada por Fernando Henrique Cardoso e Hélgio Trindade, que reflete sobre a “onda socialista” na Europa após a vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais na França, em um contexto de crise mundial. O livro traz artigos de Cardoso, Trindade, Celso Furtado, Gerges Lavau, Pascal Perrineau, Alain Rouquié e Alain Touraine. Cardoso indaga, em seu ensaio “*A América Latina e o socialismo na década de 1980*”, que a vitória de Mitterrand poderia fortalecer as correntes socialistas no continente, servindo de modelo político para a implementação de reformas democráticas: “até que ponto cabe imaginar, hoje, que uma transformação como a ocorrida na França poderá ter influência sobre *les pays de la-bas*?” Os desafios postos a Mitterrand, na visão de Cardoso, eram dois: que tipo de socialismo seria implementado e que impacto teria na inserção francesa no mundo.

Cardoso mostra as três perspectivas orientadoras das esquerdas latino-americanas entre o final da década de 1970 e fim da década de 1980: (i) A Revolução Cubana de 1959 e o regime implementado na ilha por Fidel Castro; (ii) a “*transição para o socialismo*”, no governo de Salvador Allende (Unidade Popular”, no Chile, entre 1970 e 1973; (iii) a experiência recente da Frente Sandinista da Nicarágua, com a derrubada da ditadura de Somoza. Menciona ainda os fracassos das experiências guerrilheiras na Bolívia, Venezuela, Peru, Colômbia e Brasil, bem como do movimento dos *montoneros* na Argentina e dos *tupamaros* no Uruguai. Cita ainda experiência peruana autoritária de viés nacionalista e socializante, revertida na segunda metade dos anos 1970. Dadas as derrotas das experiências socialistas mencionadas, exceto a de Cuba, restaria a via castrista, que divide as esquerdas entre os simpatizantes da experiência de governo de Fidel Castro, ressaltando as conquistas igualitárias e sociais, e os seus críticos, que apontam a falta de mecanismos de participação e a ausência de liberdades fundamentais (CARDOSO, 1982, p. 18).

Cardoso mostrava os limites das propostas políticas que pretendiam implantar o socialismo e promover transformações sociais revolucionárias na América Latina. Apesar de o pensamento de esquerda ter influenciado grupos e movimentos políticos nos países latino-americanos entre 1930 e 1980, Cardoso nota que

em nenhum foi possível reequacionar a *questão nacional*, a *questão popular* e a *questão democrática* diante da etapa de desenvolvimento social e econômico criada com a internacionalização do sistema produtivo, com a industrialização de alguns países latino-americanos ou, numa palavra, da oligopolização das economias locais, viabilizada pela presença ativa das empresas multinacionais, pela ação das empresas estatais e pela integração das burguesias locais às forças oligopólicas dominantes. (CARDOSO, 1982, p. 19).

Antecipando um debate que ocorreria no final da década de 1980, no momento de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e da polarização político-ideológica posterior com o Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Henrique Cardoso assinala as limitações das fórmulas “bolchevique” e “socialdemocrata” na América Latina, pois ambas “*supõem uma extensão, um peso e um grau de organização e de autonomia das classes trabalhadoras frente ao Estado e às classes dominantes que não se vêem no cotidiano deste continente*”. Nesse sentido, mostra que os desafios dos socialistas franceses eram semelhantes aos dos países latino-americanos: implementar um programa socialista em um contexto de crescente internacionalização econômica e de transformação produtiva que restringia o poder do Estado, do empresariado nacional e do movimento operário. Cardoso traça um paralelo entre a situação política francesa e a cena política brasileira após a volta do multipartidarismo, em 1980:

Se não formos capazes de entender que as formas estatais e partidárias (quaisquer que sejam) tendem a esmagar o componente de espontaneidade da sociedade e a autonomia dos movimentos sociais, arriscamo-nos a cair no burocratismo. (CARDOSO, 1982, p. 27).

Esses desafios seriam comuns tanto à França quanto à América Latina. A influência ideológica e as escolhas partidárias internas e governamentais dos socialistas franceses seriam fundamentais para as forças políticas da esquerda latino-americanas. A crítica ao modelo político e ideológico propugnado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, está implícita em suas observações. Cardoso acreditava que a sociedade civil era um ator político poderoso, capaz de exercer grande pressão política sobre o Estado, mas incapaz de conviver com um sistema político monolítico e sob a tutela de um partido político apenas (CARDOSO, 1982, p. 29-30). Essa reflexão ajudaria a explicar o motivo de não ter aderido ao projeto de criação do PT, ao contrário de vários de seus amigos e colegas acadêmicos.

CONCLUSÕES

A trajetória do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso entre 1960 e 1980 é indissociável de sua interpretação da “*teoria da dependência*”, de suas análises sobre a natureza do modelo político do regime autoritário brasileiro e de pretensões de influenciar, como intelectual e como ator político, o processo de redemocratização. A hipótese central que procuramos demonstrar foi a de que Cardoso instrumentalizou a sua projeção internacional para ampliar os espaços de ação no campo político. No entender de Marcelo Dulci, Fernando Henrique Cardoso consolidou-se, ao longo da década de 1970, como um “*acadêmico globalizado*”, o que teria grande impacto em sua vida intelectual e política (DULCI, 2010, p. 113-115). A decisão de permanecer no Brasil e de construir um centro de estudos independente demonstra a opção preferencial pela ação política.

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o qual Cardoso ajudou a conceber e viabilizar, se consolidou como um “*partido da inteligência*” ou um “*Estado-maior da intelectualidade*” (DULCI, 2010, p. 116). Cardoso lançou mão de sua respeitabilidade intelectual, dentro e fora do Brasil, e de suas conexões políticas, empresariais e internacionais para viabilizar o funcionamento do centro no período de maior repressão da ditadura militar. O CEBRAP era uma ponte intergeracional entre a visão a Escola Paulista de Sociologia, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e os novos cientistas sociais brasileiros formados em universidades norte-americanas. Cardoso transitou entre as três, com análises que mesclavam as preocupações científicas da vertente sociológica francesa, o estilo ensaístico dos intelectuais isebianos e o interesse por novos temas dos jovens cientistas sociais. Foi no período do CEBRAP que suas influências francesas e latino-americanas foram matizadas pelo contato com a Ciência Política norte-americana.

Cardoso confirma, em suas obras “*O modelo político brasileiro*” (1972), “*Autoritarismo e Democratização*” (1975) e “*As Ideias e seu Lugar*” (1980), a possibilidade de haver crescimento econômico acelerado na periferia do capitalismo, mesmo com a ausência de uma burguesia com visão nacionalista e de um regime político de liberdades democráticas. Em “*O modelo político brasileiro e outros ensaios*” e em “*Autoritarismo e Democratização*”, argumenta que a revolução burguesa, nos países dependentes, corresponde ao deslocamento de poder dos antigos grupos protagonistas do modelo nacional-populista para uma “*burguesia internacionalizada*”, cujo espaço de atuação econômica transcende os limites dos Estados e das economias nacionais. Sua fortaleza eram as grandes empresas multinacionais, aliado dos Estados e de suas elites tecnocráticas (CARDOSO, 1975, p. 132-33).

Na primeira metade da década de 1970, sua preocupação era uma reinterpretação do país à luz das mudanças do ambiente intelectual e político. Cardoso focava sua análise nas relações entre as classes sociais definidas pelo contexto interno e internacional e na construção de um sistema político e de partidos que expressassem a diversidade da sociedade brasileira, quebrando o monolítico aparato autoritário. Enquanto Marini e outros teóricos da versão radical da “*teoria da dependência*” (André Gunder Frank, Ruy Mauro, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra) defendiam que o imperialismo era culpado pelo subdesenvolvimento dos países latino-americanos, Cardoso sustentava a possibilidade de desenvolvimento na dependência, mesmo em um regime autoritário. Para os radicais, não havia possibilidade de conciliação: a alternativa era socialismo (e revolução) ou fascismo. Para o moderado Cardoso, apesar de politicamente reacionário, o regime militar havia promovido crescimento e efeitos transformadores na estrutura

social do país, embora com distorções e desigualdades. A tese gera protestos nos círculos de esquerda, por contrariar a ideia de que o autoritarismo havia gerado pobreza e miséria. Para alguns, era considerada adesão ao regime autoritário ou revisionismo histórico.

Cardoso acreditava que o arrefecimento das tensões internacionais da Guerra Fria, com os entendimentos entre Estados Unidos e União Soviética e entre Estados Unidos e a China comunista, abriria brechas externas para a projeção mais autônoma dos países latino-americanos com economias mais avançadas, como o Brasil. Esse argumento reforça a ideia do modelo de desenvolvimento dependente-associado como capaz de conciliar os interesses da burocracia estatal, dos empresários locais e das empresas multinacionais na promoção do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, o quadro internacional contribuiria para enfraquecer a legitimidade dos regimes autoritários baseados na ideia de segurança nacional e de contenção do comunismo, pavimentando o caminho do fortalecimento das forças democráticas.

Em síntese, a década de 1970 foi extremamente prolífica na trajetória do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso. Sua interpretação do modelo político brasileiro ajudou a abrir caminho para outros estudos sobre os impactos do Milagre Econômico na sociedade brasileira, especialmente a partir das duas crises do petróleo. Como pensador internacionalista da periferia, vislumbrou novas perspectivas para a inserção autônoma das nações industrializadas. Com sua crítica ao regime burocrático-autoritário, inovou ao introduzir, no campo da esquerda, os temas da sociedade civil, da participação política, da representação partidária e da democracia, aproximando-se de um pensamento político liberal. Cardoso deslocou seu foco de preocupações puramente intelectuais a partir da intensificação dos contatos com o meio político. E como defensor da transposição, para o plano internacional, da participação crescente da sociedade civil na política que se processava no âmbito interno, projetou-se como um defensor de uma ordem internacional mais democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- BELÉM LOPES, D. Existe um pensamento internacional brasileiro? *Revista Estudos Políticos*, Nierói, v. 6, n. 2, 2015.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1963 [1964].
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973. (Col. Corpo e alma do Brasil, 35).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique; TRINDADE, Héliogio. *O novo socialismo francês e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013. p. 12.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Fernando Henrique Cardoso: depoimento*. Entrevista concedida a Enrique Carlos Natalino. São Paulo, jan. 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista TOPOI*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2013.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Unb, 2014.
- DULCI, Marcelo Soares. *PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo*. 2010. 306f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION (s.d.). Disponível em: <<https://www.isa-sociology.org/en>>.

- LEONI, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do Possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- NATALINO, Enrique Carlos. Do pensamento à práxis: Fernando Henrique Cardoso, diplomata. *Revista Estudos Políticos*, v. 6, n. 2, 2015.
- NATALINO, Enrique Carlos. *A Construção do Pensamento Internacionalista de Fernando Henrique Cardoso*. 2020. 605 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. São Paulo: Ed. FGV, 2010.
- VIZENTINI, Paulo G. *A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Em seu depoimento, Fernando Henrique Cardoso afirma que não “se tinha essa ideia e eu achava que tinha essa possibilidade de um crescimento chamado dependente- associado. No fundo era a globalização, mas não tínhamos palavras para dizer o termo. Nas ciências humanas coisas são complicadas, é preciso criar conceitos para explicar as mudanças históricas. E a formação tradicional acadêmica nem cuidava desses temas. Cuidava de outros temas. Era diferente”. (CARDOSO, 2020).
- ² Publicado originalmente em 1972, o livro teve várias reedições. Reúne trabalhos destinados, em sua maioria, a um público estrangeiro. Na impossibilidade de obtenção da primeira edição, as citações correspondem à edição impressa em 1977, sem alteração na redação em relação à original.
- ³ Nos anos seguintes, a Simón Bolívar Chair in Latin American Studies foi ocupada por intelectuais como Mario Vargas Llosa (1977-1978), Carlos Fuentes (1986-1987) e Guillermo O'Donnell (2002-2003),
- ⁴ Nos períodos como professor-visitante no exterior na década de 1970, Cardoso engajou-se em diversas instituições acadêmicas e de políticas públicas, como membro associado ou em cargos de *direção*: *Comité Latino-Americano do Social Science Research Council - Latin American Program*, no *The Wilson Center* (Estados Unidos); *Programa de Investigaciones Sociales sobre Problemas de Población* (México); *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO) e *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* (CEDES), na Argentina; *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) e *Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica* (CIEPLAN), no Chile. Juntamente com o economista Ignacy Sachs, criou a *International Foundation for Development Alternatives* (IFDA), existente entre 1976 e 1993, na Suíça (LEONI, 1997, p, 186-187). Entre 1978 e 1982, Cardoso ocupou a *vice-presidência da International Sociological Association* (ISA).

Recebido em maio de 2022.
Aprovado em setembro de 2022.